



FERNÃO LOPES E HERBERTO HELDER: HERANÇAS MITIFICADAS DE INÊS DE CASTRO NA LITERATURA PORTUGUESA

Bárbara Cecília Kreischer¹

Resumo: O presente estudo tem como objetivo analisar as heranças do medievo que a figura de Inês de Castro representa na contemporaneidade, tanto na Literatura, quanto no imaginário coletivo. Ao longo dos anos, diversos autores escreveram sobre o tema trágico ocorrido na corte de D. Afonso IV: o assassinato de Inês por “Questões de Estado”. Intitulada “Rainha morta”, a dama é mencionada na Crônica de Dom Pedro, de Fernão Lopes, pertencente à Historiografia e à Literatura, e no conto Teorema, de Herberto Helder, que pertence ao movimento Surrealista. A partir de uma análise comparativa entre essas duas obras, o presente trabalho busca apontar os aspectos que a imagem de Inês de Castro apresenta enquanto mito na Literatura e cultura portuguesa e a contribuição de Fernão Lopes para as interpretações literárias acerca do tema. Helder, de modo particular, trará uma abordagem diferente das obras que existiam até então. D. Pedro foi grande contribuidor no que diz respeito à consagração da figura da dama; as obras supracitadas trarão perspectivas diferentes sobre o rei, mas que divergem ao mesmo tema: a morte de Inês, a vingança de Dom Pedro e seu processo de mitificação numa relação de troca entre imaginário coletivo e Literatura.

Palavras-chave: Inês de Castro - Idade Média – Contemporaneidade - Literatura Comparada- Literatura Portuguesa

Abstract: The present study aims to examine the legacies of Middle Ages that the figure of Ines de Castro is in contemporary both in literature, as in the collective imagination. Over the years, several authors have written about the tragic theme occurred in the court of Afonso IV: the murder of Ines by "issues of state." Entitled "Dead Queen", the lady is mentioned in the Crônica de Dom Pedro, of Fernao Lopes, belonging to Historiography and Literature, and the tale *Teorema*, Herberto Helder, which belongs to the Surrealist movement. From a comparative

¹ Licenciada em Letras- Língua Portuguesa e Literatura pela Universidade Católica de Petrópolis.

analysis between these two works, the present work seeks to identify the aspects that the image of Agnes de Castro presents as myth in literature and Portuguese culture and the contribution of Lopes for the literary interpretations of the theme. Helder, in particular, will bring a different approach that works there until then. D. Peter was the major contributor with respect to consecration of the figure of the lady, the above works will bring perspectives different about the king, but diverge at the same theme: the death of Ines revenge of Don Pedro and his process of mythologizing a relationship exchange between the collective imagination and literature.

Key-words: Ines de Castro - Middle Ages - Contemporary - Portuguese Literature- Comparative Literature

1. Elementos Históricos

1.1. Portugal e sua relação com Castela entre 1300- 1360

Ao presente estudo cabe ressaltar brevemente os fatos políticos ocorridos a partir de 1300, que serão de grande importância para a compreensão do episódio da fidalga D. Inês de Castro.

As relações políticas entre Portugal e Castela nunca foram das mais amistosas. Desde o século XI (1077), o reino de Castela tentava expandir territórios através das cruzadas contra os infiéis, os muçulmanos. Em 1091 Dom Afonso VI de Castela adotou o título de *Imperator Totius Hispaniae*- Imperador da Espanha, e representou-se como a plenitude do poder monárquico ibérico. Reitere-se que Portugal também firmava sua identidade nacional e expandia seus territórios também nesse período. Ora, essa disputa por territórios antes ocupados pelos árabes islâmicos criou tensões entre os dois reinos.

Em 1249, D. Afonso III, (pai de D. Dinis), incorporou o Algarve a Portugal como reino independente, contrariando a vontade de Castela. Mas em 1253, Afonso III casa-se com D. Beatriz de Guillén, de Castela e a desavença fica temporariamente fora do foco político entre os dois reinados. Os casamentos entre a realeza castelhana e portuguesa algumas vezes fixavam tratados de paz e respeito nas relações entre os dois reinos. Eram soluções, ainda que muitas vezes temporárias, de manter a estabilização política de ambos reinados.

Posteriormente, entre 1336 e 1338 no reinado de D.Afonso IV, esse tipo de aliança política trará novas tensões nas relações entre Portugal e Castela. Segundo José Hermano Saraiva:

Dois episódios guerreiros marcam o reinado de D.Afonso IV(...).O primeiro é o da guerra com Castela (1336-1338). As causas ligam-se à política de casamentos, forma então muito usada entre as monarquias peninsulares de fazer alianças e blocos políticos (...) É no reinado de

D. Afonso IV que se situa o episódio de Inês de Castro. O fato, apesar de sua secundária importância política, teve uma repercussão emocional tão duradoura e tão profunda (...) (SARAIVA, 1978: p.88)

Sendo assim, pode-se questionar: por qual motivo teria sido D. Inês de Castro assassinada. Atentando aos fatos: D. Dinis tinha três filhos ilegítimos e da sua união com a rainha D. Isabel nascera Afonso IV, que em 1310 iniciaria uma guerra contra seu pai pela sucessão ao trono português, pois o rei tinha predileção por Afonso Sanches, o primogênito ilegítimo casado com uma fidalga castelhana. Ora, aliado a D. Dinis e a Afonso Sanches estava D. Pedro Fernandes de Castro, de Castela, sobrinho do mesmo rei, primo de Afonso Sanches e de D. Afonso IV. O apoio que concedera ao rei português e ao infante bastardo, seu primo, despertara, naturalmente, a fúria em D. Afonso IV. Como afirma o historiador José Hermano Saraiva “Mas os poucos episódios que se conhecem mostram que a luta excedeu muito as proporções de uma questão de família. O País dividiu-se em dois partidos (...)” (SARAIVA, 1978: p.86)

É importante ressaltar, ainda, que o apoio da nobreza aos reclamantes ao trono foi essencial. Seja em qualquer época, pois uma vez insatisfeita com o monarca, que muitas vezes beneficiava filhos ilegítimos ao invés de beneficiar filhos legítimos, a nobreza se opunha². As famílias nobres Castro, Albuquerque e Manuel algumas vezes apoiaram reis, ora de Portugal, ora de Castela, pois tinham origem tanto portuguesa quanto castelhana.

D. Pedro Fernandes de Castro possuía uma ligação com Afonso Sanches. Sua filha ilegítima, Inês de Castro, teria sido entregue ao infante bastardo e cresceu como filha de criação dele e de sua esposa, Teresa de Albuquerque. O casal tinha um filho, João Afonso Albuquerque. De acordo com José Hermano Saraiva:

Inês de Castro fazia parte de uma família muito poderosa de fidalgos galegos e descendia, por via bastarda, do rei Sancho IV de Castela. (...) Afonso Sanches, o bastardo de D. Dinis que D. Afonso IV odiou de morte por causa do qual o País mergulhou em guerra civil (...) (SARAIVA, 1978: p.89)

Entre 1320 e 1324, os irmãos por parte de pai entraram em guerra pelo trono português criando uma guerra civil em Portugal. Afonso IV conquista a sucessão: ele condenou o meio-irmão ao desterro e confiscou suas terras e bens. Posteriormente também condenaria outro irmão à morte. Sabendo de tal fato, Afonso Sanches reúne tropas e aliados e guerreiam novamente

² Afonso IV obteve o apoio da sua mãe, a rainha D. Isabel, e D. Dinis o apoio de outros nobres. O apoio concedido por seu sobrinho Pedro Fernandes de Castro a D. Dinis será de extrema importância ao destino de Inês de Castro.

contra seu irmão. As desavenças encerram-se em 1328, quando o infante Afonso Sanches morre.

Pode-se afirmar que as lutas entre os dois reinos foram, exclusivamente, desencadeadas por uma série de interesses pessoais. Pouca relação tinham com a política dos dois reinos. É fato que Castela passava por dificuldades políticas, pois o monarca Afonso XI ainda não se firmara como soberano, mas ao consultar a história desses reinos, é notável que o jogo de interesses pessoais da realeza e da nobreza se impunham aos interesses do reino como nação. Assim, D. Afonso IV, casa-se com D. Beatriz, filha de um dos principais nobres castelhanos, e dessa união nasce D. Pedro, o Cru.

1.2.O casamento de D. Pedro e D. Constança: a inserção de Inês de Castro na corte portuguesa

D. Afonso XI de Castela era casado com D. Maria, filha de D. Afonso IV de Portugal. Porém, o rei castelhano tornou pública sua relação com a amante D. Leonor de Guzmán; há registros em que D. Maria reclama do tratamento que recebia do esposo.

Em 1328, houve um acordo em que D. Pedro, filho de D. Afonso IV, casaria com D. Branca, sobrinha de D. Afonso XI. Perante a desmoralização ocorrida com sua filha D. Maria, D. Afonso IV rompe o acordo e acerta novo casamento para o filho: ele se casaria com D. Constança, que assim como D. Maria, havia sido repudiada por D. Afonso XI. Ora, D. Constança Manuel era filha de um fidalgo que ameaçara a ascensão³ de D. Afonso XI ao trono de Castela. Ao saber disso, o monarca castelhano sequestra D. Constança e assim dá-se início a uma nova guerra. Dessa forma, pode-se novamente reafirmar que os interesses pessoais dos reis mais uma vez sobrepujam-se aos interesses coletivos do reino.

Em 1339, os reis assinaram a paz em Sevilha e os territórios de ambos, conquistados em guerras, eram devolvidos, inclusive as damas em questão: D. Constança se casaria de fato com D. Pedro e D. Maria seria rerepresentada como esposa de D. Afonso XI.

Assim, D. Constança casa-se com D. Pedro e na sua corte de damas incluía-se D. Inês de Castro, a fidalga galega mencionada no presente texto. É a partir desse momento que o desenrolar da trama toma forma. Após o casamento do infante, Pedro e Inês envolvem-se em um romance. Mas o fato dessa relação ser extraconjugal era agravante. Outro, seria o grau de parentesco entre eles. D. Afonso IV, expulsa D. Inês de Castro do território português. Ainda José Hermano Saraiva afirma:

³ É válido mencionar que, até Afonso XI atingir a maioridade, o trono castelhano foi regido por outros nobres. Nesse caso, D. Juan Manuel, pertencente à uma família de fidalgos castelhanos foi de grande influência no governo do reino.

O rei D. Afonso, pai de D. Pedro, que contrariava amores adúlteros e incestuosos do filho com a fidalga galega, expulsou-a de Portugal. Ela aconselhou-se no castelo de Albuquerque, perto da fronteira portuguesa, em asa de D. Teresa de Albuquerque, sua mãe adotiva, viúva de um filho [Afonso Sanches] de D. Dinis. (SARAIVA, 1993 *apud* SALES, 2008: p.20)

Apesar disso, D. Inês e D. Pedro nunca deixaram de se corresponder, mantendo assim o romance proibido. Porém, D. Constança teve complicações de parto ao dar à luz D. Fernando. A infanta morre precocemente e D. Pedro, manda trazer de volta a Coimbra D. Inês de Castro. Instalaram-se, assim, no palácio que a rainha D. Isabel, esposa de D. Dinis, construía para seus descendentes e esposas legítimas. Tal fato seria interpretado por D. Afonso como uma afronta grave.

Da união com D. Inês de Castro nasceram três filhos⁴ que representavam para o avô monarca uma ameaça de ascensão ao trono português ou até mesmo a perda do reino para Castela. Neste tempo, entre 1351 e 1353, Castela encontrava-se num momento parecido com que D. Afonso IV vivenciara alguns anos antes: os filhos de D. Leonor Guzmán com D. Afonso XI⁵ lutavam contra D. Pedro de Castela, filho de D. Maria, pelo trono de castelhano. O infante castelhano contava com apoio dos Castro e dos Albuquerque, que ao contrário de D. Afonso IV apoiaram D. Dinis e D. Pedro em outras ocasiões.

O irmão de Inês, D. João Afonso de Albuquerque, foi uma grande influência no reinado de D. Pedro de Castela; ele o convenceu a casar-se com Joana de Castro, irmã de Inês de Castro. Esse casamento não durou muito. Fica claro que as famílias mencionadas almejavam prestígio na realeza, tanto na portuguesa quanto na castelhana. Esta “oscilação” de apoio aos monarcas dos dois reinados significava um jogo de interesses pessoais das famílias nobres; D. Afonso temia que o reinado caísse nas mãos de bastardos; ele não deixaria que a mesma causa da sua luta anos antes com seu pai se repetisse com seu filho, que cheio de paixão cederia a qualquer pedido da dama galega⁶. Então, em 1356, Inês de Castro é assassinada a mando do rei português, aconselhado por Pero Coelho, Alvaro Gonçalves e Diego Lopes Pacheco.

Em 1360, após a morte de seu pai e de Inês, D. Pedro afirma que se casara em segredo com D. Inês de Castro e segundo Fernão Lopes, não se lembrava do dia da cerimônia. Após mandar matar os algozes Pero Coelho e Alvaro Gonçalves⁷ de modo cru, conforme o relato de Fernão Lopes que será mencionado a seguir, ele manda construir um túmulo luxuoso para a dama galega no Mosteiro da Alcobaça e faz a transladação dos restos mortais para lá numa

⁴ Filhos de Pedro e Inês eram D. João, D. Dinis e D. Beatriz

⁵ Filhos bastardos, da união ilegítima de D. Afonso XI com D. Leonor de Guzmán.

⁶ Todo o desenrolar dessas desavenças farão de Inês de Castro, de certa forma, uma vítima.

⁷ Segundo Fernão Lopes, Diego Lopes Pacheco conseguiu fugir e se livrou da vingança de D. Pedro.

cerimônia comovente, gerando relatos populares; no mesmo local, ele manda construir o seu túmulo, de frente ao de D. Inês. Os fatos históricos, aqui brevemente mencionados, fizeram nascer projeções míticas em Portugal sobre D. Inês de Castro. Segundo José Hermano Saraiva:

Estes factos- o desvario amoroso do infante, o conflito com o rei, a imolação de Inês à razão política, a solidariedade de uma grande parte da nobreza, a guerra civil, a ferocidade da vingança, a pompa da trasladação, a própria grandeza e valor artístico dos túmulos- fizeram nascer uma lenda de origem provavelmente erudita, mas que não tardou a passar às camadas populares. Nessa lenda incluíam-se pormenores (...) como da coroação do beija-mão do cadáver. (SARAIVA, 1978: p.91)

Com o surgimento de obras literárias acerca do tema de Inês de Castro, em particular dos autores Fernão Lopes e Herberto Helder, intenta-se apresentar o papel da Literatura no imaginário português. A seguir, a abordagem Literária dos autores supracitados apresentará melhor tais aspectos mencionados aqui.

2. Abordagem Literária comparada: Fernão Lopes e Herberto Helder

2.1. Crônica de Dom Pedro, Fernão Lopes

O rei Dom Pedro é conhecido através da pena de Lopes pela gagueira, pela justiça, muitas vezes “excessiva” e pela crueza. Mas será justamente pela vingança da morte e exaltação de Inês que ele ficaria conhecido, criando, assim, aspectos importantes do que viria a ser a figura de Inês de Castro. A *Crônica de D. Pedro* oferece informações acerca do episódio de Inês de Castro e do casamento entre a dama galega e o rei D. Pedro I. O cronista em dado momento coloca a palavra de D. Pedro em dúvida, de forma subjetiva, posto que o monarca não se lembrava da data do seu casamento com a dama. Assim, o rei manda chamar o sacerdote que celebrara o casamento como testemunha de tal fato:

(...) Em aquell tempo, sendo el-rrei iffante e dona Enes com e el, pousavom na Villa de Bragança, e que esse senhor o mandara [Estevam Lobato] chamar huu dia a sua camara, sendo Dona Enes presente, que lhe dissera que a queria rreceber por sua molher (...) E que os rrecebera ambos per pallavras de presente como manda a Santa Egreja, e que os vira viver de consu ataa a morte de Dona Enes; e que esto podia haver sete annos pouco mais, pouco menos...” (LOPES, 1998: p.12)

No ato de vingança contra os fidalgos, o cronista enfatiza a crueza e se assusta com a maneira que D. Pedro tratou os prisioneiros. Ele mostra ao leitor o cenário da execução, o desenrolar :

A Portugal foram trazidos Álvaro Gonçalves e Pero Coelho. Chegaram a Santarém, onde estava el-rei D. Pedro, e este, com prazer de sua vinda, (...) saiu a recebê-los. E sanha cruel sem piedade lhos fez pela sua mão meter a tormento, querendo que lhe confessassem quem participara da morte de D. Inês (...) Nenhum deles respondeu a tais perguntas cousa que agradasse a el-rei, e dizem que ele, ressentido, deu um açoite no rosto a Pero Coelho. Este soltou-se então em desonestas e feias palavras contra el-rei, chamando-lhe traidor, perjuro, algoz e carniceiro de homens. El-rei, dizendo que lhe trouxessem cebola e vinagre para o coelho, enfadou-se deles e mandou-os matar. (LOPES in: SARAIVA: 1997 : p.52)

A atitude de D. Pedro, que diante da execução dos fidalgos, continuava sua refeição, é dramática. Este trecho, posteriormente, fará com que as obras literárias também abordem essa crueza do monarca amargo, por perder a mulher amada, aqui em particular, *Teorema*, de Helder. E o cronista prossegue:

A maneira da morte deles dita pelo miúdo seria muito estranha e crua de contar, porque a Pero Coelho mandou arrancar o coração pelo peito, e a Álvaro Gonçalves pelas espáduas. E tudo o que se passava seria cousa dolorosa de ouvir. Finalmente el-rei mandou-os queimar. E tudo foi feito diante dos paços onde estava, de maneira que, enquanto comia, olhava o que mandava fazer. (Idem, *ibidem*)

Através do recurso retórico, Fernão Lopes apresenta ao leitor argumentos plausíveis para a “insanidade” do monarca: atitudes como as de D. Pedro não cabem a um rei, que deve ser justo e reinar para os interesses coletivos, e nesse caso, ele utiliza seu poder político para uso pessoal, assim como era de costume entre a nobreza. Inês de Castro ainda não possui voz no texto de Fernão Lopes. É somente o rei o agente da vingança; a Inês é concedida a posição de inocente, de vítima de tramas políticas.

Em outro trecho da mesma crônica, o autor relata o amor devoto e apaixonado de D. Pedro pela amada, de forma que nem o tempo pôde apagar isso da memória: o rei manda construir um túmulo luxuoso para Inês de Castro:

Raramente se encontrou em alguém um amor tão verdadeiro como aquele que el-rei D. Pedro teve a D. Inês. (...) Este verdadeiro amor teve (...) quando dela se enamorou, sendo casado e ainda infante (...) E não se esquecendo de honrar seus ossos, (...) mandou construir um moimento de alva pedra, todo muito delicadamente obrado, com a imagem dela sobre a campa, de coroa na cabeça, como se fosse rainha, e mandou-o colocar no Mosteiro da Alcobaça. (LOPES IN: SARAIVA, 1997: p.54)

Fernão Lopes aqui dá sua contribuição ao que, posteriormente, o mito de Inês de Castro seria em Portugal: o amor apaixonado do rei pela dama galega, podendo ser comparado às

narrativas do amor impossível. Assim, a cerimônia de transladação da dama galega acontece de modo solene, mobilizando a cidade:

E mandou trazer seu corpo do Mosteiro de Santa Clara onde jazia, com a maior honra que foi possível. Porque ela vinha num caixão muito bem arranjado para tal tempo, trazido por grandes cavaleiros, com acompanhamento de grandes fidalgos e muita outra gente, e donas e donzelas e muita clerezia. Ao longo do caminho, havia muitos homens com círios nas mãos, dispostos de tal maneira que sempre o seu corpo caminhou por entre círios acesos. Assim chegaram até o dito mosteiro, que ficava a dezassete léguas, onde com muitas missas e grande solenidade o caixão foi posto naquele moimento. E esta foi a mais honrosa transladação que até aquele tempo fora vista em Portugal. (LOPES IN: SARAIVA, 1997: p.55)

Pode-se afirmar assim que os atos de D. Pedro representam contribuição essencial à consagração de D. Inês de Castro como mito: a descrição da cerimônia remete ao leitor a imagem do ocorrido como um ato cheio de admiração do povo à rainha morta, vitimizada através da injustiça e cruzeza de seu assassinato. Fernão Lopes, talvez sem se dar conta, iniciou o processo de mitificação desta figura que Inês de Castro possui na contemporaneidade no imaginário português.

Alguns autores posteriormente darão voz à dama galega em suas obras, mas a *Crônica de D. Pedro* é sem dúvida, o documento que inicia o processo mítico-literário acerca do episódio de Inês de Castro.

2.2. Teorema, Herberto Helder

Publicado em 1963 no livro “*Os passos em volta*”, com características do Surrealismo literário português, o conto *Teorema*, de Herberto Helder, traz uma releitura do relato de Fernão Lopes, utilizando elementos anacrônicos:

Mas o estranhamento que mais aturde o leitor é a relação desse foco com o tempo da narração: tudo se passa no presente da enunciação,(...) como se recuássemos ao século XIV e estivéssemos na praça, confundidos com os transeuntes que pararam para assistir ao suplício do algoz. (JACOTO, 2008 : p.178)

O conto tem como narrador⁸ Pero Coelho, um dos assassinos da dama. Ele conta como sua execução é ordenada e defende-se do crime; até então, as abordagens inesianas traziam sua inocência, beleza e a cruzeza, e tristeza do infante; na maioria das vezes “retiram” o peso da

⁸ Ao que parece através das analogias tratar-se de Pero Coelho, apesar do modo de execução (arrancar o coração pelas costas) ter sido sofrida por Álvaro Gonçalves.

culpa de D. Afonso e assim, esta recai sobre os fidalgos conselheiros, como por exemplo n'Os *Lusíadas*:

Estavas, linda Inês, posta em sossego
De teus anos colhendo doce fruto,
Naquele engano da alma, ledo e cego,
Que a Fortuna não deixa durar muito,
Nos saudosos campos do Mondego,
De teus fremosos olhos nunca enxuto,
Aos montes ensinando e às ervinhas,
O nome que no peito escrito tinhas
(CAMÕES, 1979: p.137)

Helder, numa ousadia modernista, dá voz a um dos arquitetos do assassinato de Inês, que argumenta sobre tal fato; a narrativa passa ao leitor a imagem da execução do algoz, ao que parece ao leitor se tratar de Pero Coelho, pois detalhes da execução dele e de Alvaro Gonçalves se confundem. É escrito em primeira pessoa do singular. A ira e frieza de D.Pedro são descritas, bem como as razões que o levaram a praticar tal fato. O narrador chama D.Pedro pelo título que é conhecido até os dias de hoje, o Cruel. Ele, o tempo todo assume a posição, aqui física, de alteza, pois está no alto da sacada à assistir a execução. Coelho está de joelhos, submisso à condenação que lhe foi imposta:

El-Rei D. Pedro, está à janela (...) Gosto desse rei louco, inocente e brutal. Puseram-me de joelhos, com as mãos amarradas atrás das costas, mas endireito a cabeça, viro o pescoço para o lado esquerdo, e vejo o rosto violento e melancólico de meu pobre Senhor. (HELDER, 2010: p 83)

Outro caráter interessante da narrativa é que Helder insere elementos anacrônicos, próprios da estética Surrealista, sugerindo assim um eterno retorno ao mito:

(...) Sobre a praça onde sobressai a estátua municipal do Marquês de Sá da Bandeira.(...) Distingo no rés-do-chão o letreiro da *Barbearia Vidigal* e o barbeiro de bigode louro que veio à porta assistir ao meu suplício.Distingo também a janela manuelina (...) O cláxon de um automóvel expande-se liricamente no ar.(HELDER, 2010: p.84, 85 e 86)

É importante mencionar que o D.Pedro reinou no século XIV; o Marquês de Sá da Bandeira é uma figura histórica do século XIX; a arquitetura manuelina desenvolveu-se no reinado de D. Manuel I, no século XV e o automóvel surge com a revolução industrial, no século XIX. Helder apresenta ao leitor a ideia de que o mito se repete, através da imaginação coletiva, como uma constante. O episódio de Inês de Castro já estava consagrado como mito no século XX quando Helder compõe seu conto.

Com ironia, o narrador prossegue sua descrição. Ao contrário do que se tem por conhecido, que a morte de Inês era uma “Razão de Estado”, Coelho afirma que isso não tinha importância. Ele deveria salvar o infante da obsessão pela dama:

Fui condenado por assassinio de sua amante favorita, D. Inês. Alguém quis defender-me, alegando que eu era um patriota. Que desejava salvar o reino da influência castelhana. Tolice. Não me interessa o reino. Matei-a para salvar o amor do rei. D. Pedro sabe-o.(...)
(HELDER, 2010: p.83)

Outro aspecto relevante, é que Coelho expressa um desamor por Inês de Castro. Ela a chama de “amante favorita”, retirando da dama toda sua “ inocência” construída através de mais de 500 anos; ela seria “mais uma”, não a rainha. Confere a si, ao rei e à Inês um aspecto infernal, visto que a religião é que regia os valores morais e a conduta:

Sei que vou para o inferno, visto eu ser um assassino e o meu país ser católico(...) O rei e a amante são também criaturas infernais. Só a mulher do rei, D. Constança, é do céu. Pudera, com a sua insignificância, a estupidez, o perdão a todas as ofensas. Detesto a rainha (HELDER, 2010: p.84,85)

O conselheiro aqui afirma seu repúdio a Inês de Castro, à sua figura de rainha *post-mortem*, crítica pouco citada sobre a dama. E fala de uma personagem que ficou apagada pela história de Inês de Castro: a esposa do rei, D. Constança, que, pelo discurso de Coelho, parece ao leitor ser a “legítima”, a única que poderia ser aclamada rainha. Sendo um ser divino por sua “estupidez”, poderia perdoar a toda a trama de que também foi vítima. As informações acerca da infanta são vagas; pouco na História, menos na Literatura.

Helder reafirma muitas características abordadas no presente estudo. Mas a cruzeza e frieza de D. Pedro, apresentadas em Lopes, são as principais características descritas aqui, de um rei com sentimentos tristes. Assim, o narrador ainda dirige-se ao monarca:

Senhor- digo eu- agradeço-te a minha morte. E ofereço-te a morte de D. Inês. Isto era preciso para que o teu amor se salvasse.
-Muito bem, responde o rei- Arranquem-lhe o coração pelas costas, e tragam-mo. (HELDER, 2010: p. 84)

O relato de Fernão Lopes é utilizado por Helder. Sabe-se que Pero Coelho disse algumas palavras ao rei, e que este mandou que lhe executassem. O aspecto interessante é que o autor dá voz a Coelho, que argumenta sobre o crime cometido. A narrativa prossegue com a execução do fidalgo, descrevendo como seu coração fora retirado e como o rei se expunha a tamanha frieza diante disso, como descrito na historiografia de Lopes. Outra característica moderna é o relato realista, a descrição que Helder se utiliza para contar o desfecho da execução:

Ouço as vozes do povo, a sua ingênua excitação. Escolhem-me um sítio nas costas para enterrar o punhal. Estremeço. Foi o punhal que entrou na carne e me cortou algumas costelas. Uma pancada de alto a baixo, um sulco frio ao longo do corpo- e vejo meu coração nas mãos de um carrasco. Um moço do rei espera com a bandeja de prata (...) e nela põem o coração fumegante. (HELDER, 2010: p.84)

Mesmo após ser assassinado, o narrador continua a descrição, sempre no presente do indicativo, a falar de D. Pedro. Ele sente que, apesar de tudo que o rei fazia, a vingança, o túmulo e a proclamação de Inês como rainha, de nada adiantava. Continuava a ser um homem triste, amargo e cru. E o povo o aclamava:

A multidão grita e aplaude; só o rosto de D.Pedro está triste, embora nele brilhe uma súbita luz interior de triunfo. (...) O rei sorri. Ergue o coração na mão direita e mostra-o ao povo. O sangue escorre-lhe (...) Ouvem-se aplausos. Somos um povo bárbaro e puro, e é uma grande responsabilidade encontrar-se alguém à cabeça de um povo assim. Felizmente o rei está à altura do cargo. (...) Somos todos loucos. (HELDER, 2010: p. 85)

O narrador caracteriza o povo como “aqueles que não interferem”, mas que sentem também vingados com a morte de Coelho. Helder chama de loucura a comoção causada pelo episódio de Inês de Castro no imaginário coletivo. A crueza agora não é mais somente do triste rei: é também um sentimento de realização coletiva de vingança. Inês estava vingada.

Apesar disso, Coelho discorre a narrativa com o ápice da vingança, mas também um paradigma: na *Crônica de D. Pedro*, Fernão Lopes conta que o monarca pede para trazer em sua refeição um coelho. Aqui, o narrador descreve como o rei come seu coração e o significado disso é metafórico: o coração de Coelho vive agora nas entranhas de D. Pedro, atormentando-o para sempre:

Um filete de sangue escorre pelo queixo de D. Pedro, os maxilares movem-se devagar. O rei come meu coração.(...) E eu também irei crescendo na minha morte, irei crescendo dentro do rei que comeu meu coração.(HELDER,2010: p.85, 86)

A abordagem de Helder é sem eufemismos e sem cortes. O corpo de Coelho agora jaz ali, na praça. Ele e o rei refletirão o que aconteceu. Apesar de falar de Inês com desamor, acaba por dizer, reafirmar a repetição com que Inês de Castro habita o imaginário coletivo:

“D. Inês tomou conta das nossas almas. Liberta-se do casulo carnal, transforma-se em luz, em labaredas, em nascente viva. Entra nas vozes, nos lugares. Nada é tão incorruptível como a sua morte. (...) O povo só terá de receber-nos como alimento, de geração em geração. (Helder, 2010: p.87)

Assim, são os três igualmente criminosos, condenados à dor eterna: “No crisol do inferno havemos de ficar os três perenemente límpidos”. (HELDER, 2010: p.86). O autor assim descaracteriza a imagem casta e heroica de Inês de Castro, incrimina o rei pelas barbáries e assume ser culpado do assassinato: “Que ninguém tenha piedade. E Deus não é chamado para aqui.” (HELDER, 2010: p.86). Assim Helder encerra o conto com outra ousadia: a amante, o rei insano e o assassino não merecem a misericórdia divina.

3. Considerações Finais

O presente estudo buscou apresentar as heranças do medievo e as projeções de Inês de Castro na Literatura e no imaginário. Através da leitura de Fernão Lopes, pode-se afirmar que D. Pedro foi grande contribuidor ao mito que Inês de Castro ocupa hoje na Literatura Portuguesa, bem como na cultura lusitana. Como se pôde notar, a frieza com que foi vingada repercute de tal forma ao ponto do autor de Teorema se “confundir” sobre qual dos algozes teve o coração arrancado pelas costas ou pelo peito, fato que é registrado na obra de Lopes. Essa “divergência” no texto de Helder exemplifica como a vingança do rei fora cruel: essa crueldade com que D. Pedro vingava a morte da dama marca o imaginário coletivo, e cria, assim, uma imagem, genericamente, sacralizada de Inês, mas que na obra de Helder possui uma abordagem muito diferente das produções acerca do tema até então. Ademais, toda a produção acerca do tema de Inês de Castro utiliza-se do relato de Fernão Lopes.

A inserção de elementos anacrônicos no conto de Helder sugere ao leitor uma repetição da cena de execução do algoz, indicando também aspectos míticos que Inês de Castro alcança por via da Literatura e da cultura, tanto popular quanto erudita. Logo, torna-se perceptível que as heranças do medievo estão presentes na obra de Helder, assim como Inês é, até hoje, uma criação medieval.

4. Bibliografia

- AMORA, Antonio Soares; MOISÉS, Massaud; SPINA, Segismundo. **História e Antologia: Épocas Medievais, 1ª e 2ª Época Clássica**. Difusão Europeia do Livro, 1961.
- ARISTÓTELES. *Poética*. Os pensadores. Editora Abril: Rio de Janeiro, 1973.
- BECHARA, Evanildo. **Minidicionário da Língua Portuguesa atualizado pelo novo acordo ortográfico**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CAMÕES, Luis Vaz de. **Os Lusíadas**. São Paulo, Editora Abril, 1979.
- Dicionário das Literaturas Portuguesa, Brasileira e Galega**. Porto: Figueirinhas, 1960.
- DUBY, Georges. **As três ordens ou o imaginário medieval**. 2ª edição. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

- FRANCO JR, Hilário. **A Idade Média: o nascimento do Ocidente. 2ª edição revista e ampliada.** São Paulo, Brasiliense: 2001
- FUNDAÇÃO CALLOUSTE GULBENKIAN . **História e antologia da Literatura Portuguesa- Século XV.** Série Halp, n.6. Lisboa: Codex, 1998.
- HELDER, Herberto. **Os passos em volta.** 2ª edição, Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2005.
- JACOTO, Lilian. A paixão de Pedro e Inês: o clássico e o surreal. In: **Inês de Castro: a época e a memória.** Alameda, 2008, p.178
- LE GOFF, Jacques. **As raízes medievais da Europa.** Trad. de Jaime A. Clasen.Petrópolis: Editora Vozes, 2007.
- _____ ; MACEDO, José Rivair. **A civilização do Ocidente Medieval.** Bauru: Edusc, 2005. Coleção História.
- LOPES, Fernão. **Crônica de D. Pedro: Como foi trelladada Dona Ines pera o moesteiro Dalcobaça, e da morte del Rei Dom Pedro.**Disponível em http://www.triplov.org/historia/fernao_lopes/cronica_dom_pedro/treslado.htm. Acesso em 16 de abril de 2011 – 11:09
- MEGIANI, Ana Paula Torres; SAMPAIO, Jorge Pereira de.(org.).**Inês de Castro: a época e a memória.** São Paulo: Alameda, 2008.
- SARAIVA, José Hermano. **História Concisa de Portugal.** 7ª edição, Lisboa: Europa-América, 1981.
- SPINA, Segismundo. **Presença da Literatura Portuguesa- Era Medieval.** 6ª edição, São Paulo- Rio de Janeiro: Difusão européia do livro, s/d.